

**Inquérito Civil Público n. 06.2016.00004499-4**

**Objeto:** Averiguar as condições de acessibilidade das unidades básicas de saúde existentes no Município de Fraiburgo

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC – n. 0001/2019/02PJ/FRA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de execução em exercício na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fraiburgo, Curadoria da Cidadania e dos Direitos Humanos, pelo Promotor de Justiça Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal, no artigo 97, parágrafo único, da Constituição Estadual, no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; artigo 3º da Lei n. 7.853/1989, no artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, e o **MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, inscrito no CNPJ 82.947.979/0001-74, representado neste ato pela Prefeita Municipal **Claudete Gheller Mathias**, brasileira, casada, natural de Campos Novos/SC, nascida em 04.06.1964, filha de Armando Gheller e Helena Mafalda Gheller, portadora de cédula de identidade CI/RG n. 1.334.610, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF n. 501.829.609-78, com domicílio na Linha Faxinal dos Carvalhos, s/n, casa cor salmão, Interior, Fraiburgo/SC, CEP n. 89580-000, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil n. 06.2016.00004499-4**, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e pelo artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, por força do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, é o órgão público encarregado de promover o Procedimento Preparatório, Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Consumidor, do Meio Ambiente e de outros interesses transindividuais;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público compete, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica e a tutela dos interesses sociais, difusos e coletivos (artigo 127 e artigo 129, III, da Constituição Federal), podendo, para tanto, manejar o Inquérito Civil e Ação Civil Pública (Lei 7.347/85);

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos do artigo 3º e do artigo 6º da Lei Federal n. 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999;

**CONSIDERANDO** que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais

do ser humano, sendo de relevância pública as ações e os serviços atinentes, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma do artigo 197 da Carta Magna;

**CONSIDERANDO** que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146/2015, estabeleceu em seu artigo 8º que “**é dever do Estado**, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, **à saúde**, [...], **à acessibilidade**, [...], entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico” (destacou-se);

**CONSIDERANDO** que “os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental” (artigo 25 da Lei n. 13.146/2015);

**CONSIDERANDO** que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, **elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações**, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos” (artigo 61 da Lei n. 13.146/2015 – destacou-se);

**CONSIDERANDO** que o artigo 19, § 1º do Decreto n. 5296/04 determina que “A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. §1º No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.”

**CONSIDERANDO** que os prazos estabelecidos no Decreto n. 5.296/2004 fluíram faz muito, porquanto **as adaptações deveriam ocorrer, segundo o Decreto, até meados de 2007 para o caso de edificações de uso público**;

**CONSIDERANDO** que o artigo 60, § 1º, da Lei n. 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

**CONSIDERANDO** os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, dentre elas a NBR

9050:2015, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas com deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;

**CONSIDERANDO** que o planejamento estratégico do Ministério Público de Santa Catarina elegeu como prioridade a promoção de medidas para adequação das condições de acessibilidade dos postos e unidades básicas de saúde existentes nos municípios catarinenses, garantindo, assim, o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços de saúde;

**CONSIDERANDO** o diagnóstico realizado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor, dando conta das irregularidades existentes na estrutura física dos postos e unidades básicas de saúde existentes no **MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC**, quais sejam: **1)** Unidade de Saúde Vila Salete; **2)** Unidade de Pronto Atendimento; **3)** Unidade de Saúde São José; **4)** Unidade de Saúde Nações; **5)** Unidade de Saúde São Miguel; **6)** Unidade de Saúde São Sebastião e **7)** Unidade de Saúde Macieira, no que diz respeito à acessibilidade;

**RESOLVEM CELEBRAR** o presente

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

consoante fundamentos e cláusulas estabelecidas com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e artigo 97 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação das condições das unidades e postos de saúde existentes no **MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC** às exigências contidas nas normas técnicas de acessibilidade pertinentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE**

O **COMPROMISSÁRIO** reconhece a responsabilidade pela adequação dos Postos e Unidades básicas de Saúde, reconhecendo que se encontram fora dos padrões de acessibilidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

**ITEM 1.** O **MUNICÍPIO FRAIBURGO/SC** compromete-se à obrigação de não fazer consistente na abstenção de construção estabelecimentos de saúde sem que

obedeçam às Normas Técnicas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o Decreto n. 5.296/04, a Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor e as que vierem a lhe suceder.

**ITEM 2. O MUNICÍPIO FRAIBURGO/SC** compromete-se à obrigação de fazer consistente na execução de obras de adaptação dos Postos e Unidades Básicas de Saúde descritos na tabela abaixo às exigências contidas nas normas técnicas de acessibilidade pertinentes, no Decreto nº 5.296/04, na Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor, nos prazos indicados na tabela seguinte, os quais terão início a partir da data da celebração deste Ajustamento de Conduta:

Posto/Unidade Básica de Saúde	Prazo para adequação
Unidade de Saúde Vila Salete	11/3/20
Unidade de Pronto Atendimento	11/3/20
Unidade de Saúde São José	11/11/20
Unidade de Saúde Nações	11/3/20
Unidade de Saúde São Miguel	11/3/20
Unidade de Saúde São Sebastião	11/3/20
Unidade de Saúde Macieira	11/9/20

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No prazo de 30 (trinta) dias após finalizada a execução de cada uma das obras de adaptação, o **COMPROMISSÁRIO** deverá apresentar ao Ministério Público laudo subscrito por profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura ou correlatas, devidamente inscrito no respectivo conselho de classe, atestando que a edificação atende integralmente às normas técnicas que tratam da acessibilidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No que toca à Unidade de Saúde São José, considerando a dificuldade do município de Fraiburgo em promover todas as adequações necessárias, há a possibilidade de o compromissário desativá-la e realocá-la em local mais apropriado para o atendimento das normas legais de acessibilidade. Caso o município de Fraiburgo decida pela efetivação da referida desativação e realocação, deverá informar a este Órgão de execução do Ministério Público antes 11/11/20.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO DESCUMPRIMENTO

**ITEM 1.** O não cumprimento da Cláusula Terceira, item 1, edificando-se estabelecimentos de saúde cujas edificações contrariem as normas técnicas e legislação em matéria de acessibilidade pertinente, sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de

uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de funcionamento do serviço, por estabelecimento de saúde, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a serem revertidas para o **FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**, conforme artigo 13 da Lei 7.347/85.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s).

**ITEM 2.** O não cumprimento da Cláusula Terceira, item 2, sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento de uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso, para cada edificação que ainda apresente obstáculos arquitetônicos ou que tenha sido reformada de modo diverso às exigências técnicas e legais em matéria de acessibilidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s);

**ITEM 3.** Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, laudos, auto de constatação e de infração ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos compromissários, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente

cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo eventual execução, caso haja necessidade.

**CLÁUSULA OITAVA**

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**CLÁUSULA NONA**

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil, sendo que o posterior arquivamento do **Inquérito Civil n. 06.2016.00004499-4** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85.

Dessa forma, por estarem assim compromissados, firmam o presente TAC em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85), cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2019.

**Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos**  
Promotor de Justiça

**Claudete Gheller Mathias**  
Prefeita Municipal

Procurador Municipal  
OAB/SC n.

**Guinter de França Nast**  
Assistente de Promotoria

**William Farias Martins**  
Assistente de Promotoria

